

Diaconia e profecia

Sebastião Armando Gameleira Soares

Resumo: Um estudo sobre a “diaconia” no Novo Testamento em diálogo com a realidade latino-americana e suas igrejas hoje. Descobre-se que no NT diaconia, além de ser um ministério específico, é mais que outra coisa a própria identidade da Igreja. A partir daí, a diaconia é analisada em suas relações com missão e evangelização, por um lado, e com envolvimento sócio-político, por outro lado. O estudo mantém que diaconia é sempre necessariamente profética e analisa o que isso significa para as comunidades cristãs em sua presença solidária junto ao povo oprimido.

Resumen: Es un estudio sobre la “diaconía” en el Nuevo Testamento en diálogo con la realidad latinoamericana y sus iglesias hoy. Se descubre que en el NT la diaconía no sólo es un ministerio específico, sino nada más y nada menos que la propia identidad de la Iglesia. A partir de allí la diaconía es analizada, por un lado, en sus relaciones con la misión y la evangelización y, por otro lado, con el movimiento socio-político. El estudio sostiene que la diaconía es siempre, y necesariamente, profética y analiza lo que eso significa para las comunidades cristianas en su presencia solidaria junto al pueblo oprimido.

Abstract: This is a study on “diaconia” in the New Testament in dialog with the Latin American reality and its churches today. In the New Testament diaconia is not only a specific ministry, but first and foremost the very identity of the church. Diaconia is then analyzed in its relationship to mission and evangelism, on the one hand, and to socio-political involvement, on the other. The study argues that diaconia is always necessarily prophetic and analyzes what this means for Christian communities and their solidarity with the oppressed people.

Em geral, quando falamos de diaconia ou serviço, queremos referir-nos ao ministério da Igreja relativo às necessidades humanas materiais, promocionais, de assistência ou de solidariedade. A diaconia seria o serviço da Igreja no campo sócio-político-cultural. Hoje, particularmente, esse ministério poderia resumir-se em três palavras: *assistência social*, *solidariedade*, *ações de transformação*.

Ora, o termo “diaconia” deriva do Novo Testamento. É importante em nossa meditação voltarmos ao seu significado.

1. Diaconia é um ministério específico

Nos escritos do NT, diaconia (serviço, servir) significa, às vezes, um serviço concreto, material, prestado a determinada pessoa (cf. Mc 15,41; 2Tm 1,18); designa, particularmente, o serviço em vista de garantir o alimento, a sobrevivência, o “serviço à mesa” (cf. Mc 1,31; At 6.2); e até, bem concretamente, a contribuição financeira em favor de pessoas necessitadas: o exemplo clássico é a coleta feita por Paulo em favor dos santos de Jerusalém (cf. 2Cor 8,19; Rm 15,25).

Daí, progressivamente, o termo passa a designar um ofício particular na comunidade, um ministério específico, elencado entre os demais carismas, como se vê em Rm 12,7, ao lado do dom da profecia, do de ensino, do de exortação, do de partilha, do de presidência: “se o dom é o serviço, que se exerça no serviço”. Chega-se, assim, a falar de diácono e de diaconisa como figura ministerial particular na Igreja (Fl 1,1; 1Tm 3,8ss.; Rm 16,1).

Sabemos que, no século II, se fala de diáconos associados ao bispo e encarnando na comunidade a figura de Jesus Servidor, ao lado do bispo, expressão de Deus Pai, e do Conselho dos Presbíteros, que representa o colégio dos apóstolos (cf. Inácio de Antioquia). Na prática da Igreja antiga, diáconos e diaconisas são encarregados, em nome da Igreja, de prestar socorro aos pobres e abandonados, de levar-lhes o consolo da Igreja como resposta a suas necessidades e de trazer para o interior da Igreja o lamento dos pobres, para despertar sua consciência e ação. Essa tarefa de mão dupla se reflete nas funções que o diácono tem na liturgia: servir à mesa no sacramento do corpo de Cristo, como expressão de seu serviço às necessidades (partilha) do Corpo vivo de Cristo; interceder, trazer diante de Deus as necessidades do povo; proclamar o evangelho, as exigências do evangelho; enviar a comunidade ao mundo para aí operar o serviço de Deus. Na linguagem de hoje, diríamos que o ofício do diácono é expressar e tornar efetiva a relação entre Igreja e mundo, entre liturgia e serviço, entre a comunidade e o movimento popular, entre a Igreja e as necessidades e entidades da chamada sociedade civil.

2. Diaconia é a identidade da Igreja

Mas o NT também nos indica outra direção. Diaconia não é apenas um certo setor da atividade da Igreja. Diaconia é a própria *identidade* da Igreja. A Igreja não apenas exerce diaconia, ela se define e se identifica pela diaconia: a Igreja de Jesus ou é diaconia, ou não é Igreja de Jesus.

Para começar, é pela *diaconia* que Jesus se define a si mesmo em Mc 10,45: “O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e entregar a sua vida pela multidão.” E o seu testamento, na última ceia, foi o gesto típico da diaconia: lavar os pés (Jo 13,1-15). Por isso, Paulo vai designar a Jesus como

“diácono dos circuncisos”, enquanto veio “cumprir as promessas feitas aos pais” (Rm 15,8). Isto é, toda a missão de Jesus é diaconia.

Por isso, Jesus Servo é contemplado como princípio e paradigma (modelo) de toda a missão de seus discípulos e discípulas: Mc 10,43-45; Lc 22,26s. e Jo 12,25s.: seguir a Jesus é servir (cf. Mc 9,33-37). O serviço é, assim, a própria identidade do discipulado. Não é que se é discípulo(a) e, por conseqüência, se exerce o serviço. Não. É-se discípulo na medida em que se é servidor. Discípulo equivale a diácono, a servidor.

A partir daí, compreende-se por que Paulo vai dizer que *salvação* é diaconia de Deus mediante o Cristo (2Cor 3,7-9) e mediante seus enviados (2Cor 5,18-20): a diaconia da *reconciliação*. Toda a missão em vista da salvação do mundo é diaconia. E a salvação equivale, no NT, à “nova criação”, à transformação (cf. Rm 8). Particularmente em 2Cor, epístola em que Paulo desenvolveu seu pensamento sobre o ministério cristão, encontramos a clara identificação entre diaconia e missão cristã como tal: somos diáconos, servos e servas, da nova aliança (3,6), da justiça de Deus (11,15), de Cristo (11,23; cf. Cl 1,17), de Deus (6,4). Em Cl 1,25 diz-se que o apóstolo é *servo* da comunidade da Igreja. Ao contrário do que pensavam os gregos da condição dos homens livres, a glória do ministério cristão é a própria condição de *serviço* (cf. 2Cor 3,8), pois é identificação ao Cristo (cf. Mc 10,43-45; Lc 12,37). Na verdade, a imagem básica para refletir sobre Jesus no NT foi a figura do *servo*, a partir dos Cânticos do Servo Oprimido e Vitorioso, segundo a profecia de Isaías. Conforme o AT, servo de Deus é alguém que pertence radicalmente a Deus e a Ele se entrega totalmente, e por Ele sente-se protegido e amparado. Por isso, ser servo equivale a permanecer em constante adoração (por isso, também o culto é chamado de “serviço a Deus”), mas também “servir a Deus” é obedecer-lhe em todos os atos da vida humana, a começar do cultivo da terra para sobreviver. “Servir a Deus” é tanto o culto como o trabalho. Jesus é, antes de qualquer outro título cristológico, o servo de Deus por excelência: At 3,13 — a catequese presente nos evangelhos se faz toda ela sobre o paradigma do SERVO, completamente devotado a instaurar o reinado de Deus.

Assim são apresentadas a vocação e missão de Jesus no batismo e na transfiguração: Is 42. Sua tarefa é assumir a missão do profeta-servo, conforme Is 61, como nos diz Lucas no discurso programático na sinagoga de Nazaré (Lc 4,16ss.). Para Mateus, toda a ação de Jesus de restaurar a vida e a dignidade de pessoas necessitadas e humilhadas é a do servo que “leva nossas enfermidades e carrega nossas dores” (Is 53,4). É assim que Ele se levanta como luz a brilhar para quem está esmagado em regiões de trevas (Is 8,23-9,1; 49,1-7). Toda a caminhada de subida a Jerusalém se inspira na figura do servo, e isso é dito de três modos, fundamentalmente: entregar a própria vida, acolher os pequeninos e tornar-se como eles, aceitar fazer comunidade com os pobres. Finalmente, há o texto clássico de Fl 2,5-11, texto eminentemente pascal: ser servo, obediente até a morte de cruz, é a identidade de Jesus, e é a condição que “convém a quem está

em Cristo Jesus”. A ressurreição é a confirmação por parte de Deus de que o caminho da restauração — nós diríamos hoje, da humanização — é o caminho do *servo*.

Por isso, toda tarefa de dedicação ao evangelho é diaconia, desde a proclamação missionária até a edificação da comunidade: é o “Serviço do Evangelho” (cf. 2Cor 4,1; 5,18; Cl 1,23; Rm 11,13). Quem se entrega à proclamação do evangelho é diácono, servo(a) (1Cor 3,5; 2Tm 4,5.11). Os Atos dos Apóstolos insistem em designar a proclamação do evangelho como diaconia: 6,4; 20,24; 21,19.

O objetivo da “Diaconia do Evangelho” é criar *koinonia*, comunhão, solidariedade comunitária. É edificar a Igreja como Corpo de Cristo no mundo. Daí por que o gesto da mesa comum, da “Ceia do Senhor”, onde Cristo se faz presente no lava-pés e na partilha e entrega do pão que dá vida ao Corpo, é o *símbolo* central da Igreja. É seu anúncio profético.

O que é a realidade da Igreja, senão a diversidade dos dons (carismas) do mesmo Espírito? E todos os dons são concedidos em vista do proveito comum: os diversos dons se constituem em diversos “ministérios”. Paulo usa aqui o termo “diversidade de diaconias” (1Cor 12,4-44). Em Rm 12,3-13, fala-se da diaconia como de um ministério particular (v. 7), mas, ao mesmo tempo, diz-se que todos os dons têm de ser entregues em proveito de todos, “cada qual considerando a outrem como mais digno de honra”, em tudo “servindo o Senhor”. O mesmo se acha em 1Pd 4,7-11: “Conforme o dom que cada qual recebeu, consagrai-vos ao *serviço* uns dos outros” (v. 10). Ou seja, a diaconia, o serviço é a própria identidade da Igreja. Igreja é troca de serviços recíprocos, pois aí todos somos radicalmente servos e servas. É sintomático que todas as tarefas sejam designadas como *ministérios*.

Há um texto particularmente importante: Ef 4,1-16. Ao falar da diversidade dos dons/ministérios, diz-se que a finalidade de qualquer ministério específico é “aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo” (v. 12). Isto que dizer que qualquer ministério particular tem em vista exercitar, manifestar e levar ao amadurecimento aquilo que nos identifica como seguidores e seguidoras de Jesus: nossa condição de SERVIÇO, esta é a identidade dos santos. A Igreja toda é como sacramento — sinal e instrumento — da diaconia de Cristo. A Igreja toda é povo sacerdotal encarregado de proclamar, através de tudo o que faz, o poder transformador de Deus, encarregado da “diaconia do evangelho” (cf. 1Pd 2,9-10).

Daí por que não existe na Igreja *evangelização*, de um lado, e *diaconia*, de outro. Tudo na Igreja é diaconia, desde o culto até o serviço social. Pois o culto não é a tarefa específica da Igreja, é só uma de suas diaconias, a diaconia religiosa, prestada à humanidade porque a humanidade é religiosa, tem necessidades religiosas a que a Igreja também é chamada a responder, pois trata-se de necessidade humana. (E o culto tem de ser diaconal também enquanto só tem sentido se prepara a comunidade para o exercício da diaconia no mundo.) E tudo na Igreja tem de ser *ato de evangelização*, desde a proclamação explícita da palavra do

evangelho até qualquer serviço social. Cabe a frase de Francisco de Assis: “Evangelize constantemente, e fala se necessário.”

A missão de Jesus é declarar por gestos e palavras a boa nova do reino de Deus entre nós. Mas o evangelho não é uma vaga e genérica boa notícia. De acordo com os textos do profeta Isaías, nos quais os evangelistas se inspiram (cf. Mc 1,1-3), evangelho é a boa notícia da *vitória* de Deus, que afirma sua realeza e soberania, mediante eventos históricos de *libertação* do seu povo (cf. Is 40,9-11; 52,7-12; 61,1-9). Não é por acaso que os evangelistas iniciam sua narrativa da práxis de Jesus aludindo à proclamação do Ano Jubilar, ano do perdão das dívidas e da restituição das terras. Trata-se do evento “evangelho” (cf. Mc 1,4; Lc 4,16-21). Isto é, trata-se de proclamar a boa nova mediante a práxis (ações e palavras) do reino de Deus. Se Deus intervém pela proclamação profética declarando a presença de seu reino entre nós, sua Palavra é simultaneamente exigência de mudança de vida (cf. Lc 3,10-18), conversão, isto é, mudança de mentalidade e de prática concreta que, por sua vez, se tornam anúncio e sinais da novidade transformadora do evangelho. Prossegue, assim, aquilo que “Jesus principiou a fazer e a ensinar” (At 1,1).

3. Missão, evangelização, diaconia

Missão é, antes de tudo, o *ato de Deus* de enviar a Si mesmo. Dizia Santo Irineu, no século II, que a Palavra e o Espírito são como braços de Deus para realizar no mundo os seus propósitos. Deus envia o seu Filho e o Espírito para operar a Criação, a Redenção e a Santificação. E assim Deus Se comunica a Si mesmo. Os teólogos costumam dizer que a Trindade imanente (Deus em sua vida íntima) é a mesma Trindade econômica (Deus revelado a nós na “economia” da salvação), isto é, Deus vem a nosso encontro sem intermediários, através de Jesus e do Espírito de Jesus, que são pessoas divinas “procedentes do Pai”, e revelando-se a Si mesmas. Em Jesus, como dizia Santo Atanásio, Deus nos eleva a participar de sua vida divina, porque Ele próprio *assume* nossa natureza, mediante o envio do Verbo que é Deus. Diz-nos Isaías: “Em todas as suas agruras, não foi um mensageiro ou um anjo, mas *sua própria face* que os salvou” (63,9). Ao enviar a Moisés para libertar seu povo, é o próprio Deus quem está “descendo” (cf. Ex 3,7ss.). Isaías tem a “terrível” experiência de ir em nome de Deus: “Quem irá por nós?” (Is 6,8.) Na boca de Jeremias estão impressas as próprias palavras que Deus quer pronunciar (cf. Jr 1), e Ezequiel só poderá falar depois de engolir o rolo das palavras divinas (cf. Ez 3). “Pela mão de Ageu” são as próprias palavras de Deus que nos chegam (cf. Ag 1,1). A missão é “*missio Dei*” e, por isso, ato de Deus.

Missão é também a *consciência subjetiva* de ser enviado. A Igreja é um povo que se sente enviado ao mundo em nome de Deus, e nela cada pessoa se move a partir da mesma experiência. Missão é experiência subjetiva de sentir-se chamado

(a) e enviado(a): é *vocação* e *envio*. Disso especialmente Jeremias nos fala de maneira tão candente em suas “confissões”: “Seduziste-me, Senhor...” (cf. Jr 20,7ss.). Jesus se sente “o enviado do Pai”. E Paulo é o “apóstolo” por excelência (cf. Gl 1,15). Diz-nos Jesus: “Assim como o Pai me enviou, eu vos envio a vós” (Jo 20,21).

É dessa experiência radical e transformadora que brota nossa *espiritualidade*. É o Espírito de Deus que se derrama como unção de óleo e em nós imprime os motivos de viver: a *filiação* (cf. Gl 4,6) e a *missão* (cf. Lc 4,16ss.). Por isso, com base no ensinamento das Escrituras, temos de dizer que as duas marcas de nossa espiritualidade missionária são *mística* e *profecia*. É o que nos distingue dos “filhos do diabo” (cf. Mc 3,22-30), marcados pelo “espírito do mundo” (Jo 6,51): “Ofereci vossos corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus: este é o vosso culto espiritual. E não vos conformeis com o sistema deste mundo, mas transformai-vos...” (Rm 12,1-2). A meditação de Paulo em Filipenses e 2 Coríntios pode ser excelente guia para alimentar nossa espiritualidade missionária. Nosso modelo é o Cristo em sua perfeita união com o Pai e inteiramente entregue ao trabalho de restaurar a obra de Deus, como se nos revela na profunda meditação que é o 4º Evangelho. E Jesus nos remete à Santíssima Trindade como princípio e modelo de nossa vida e ação (cf. Jo 14,17). Nossa vida mística tem de transbordar em amor sem limites, como Deus, que “ama tanto o mundo a ponto de entregar o seu *próprio* Filho unigênito” (Jo 3,16). Na autêntica mística cristã, não há concorrência de dois amores. Se nos entregamos verdadeiramente a Deus, Ele, em sua perfeita liberdade, nos devolve a nós mesmos(as) e às outras pessoas (cf. 1Jo 3,10; 4,7-5,4; Gl 5,14). O divino nos faz humanos(as), como aconteceu com Jesus: porque era de *condição divina*, esvaziou-se a si mesmo, foi em tudo achado em forma humana, chegando a assumir a *condição de servo*, fazendo-se em tudo obediente até à morte e morte de cruz (cf. Fl 2,5-11; Hb 4,14-16). Sua glória é a perfeição de sua obra, liberta e completa (cf. Rm 8). Nosso amor a *Deus* é maravilhosamente transfigurado pelo Espírito de Deus em amor *de Deus* em nós. “Caridade”, mais que o amor a Deus, é amor de Deus derramado em nossos corações, para que, por nós, as pessoas se sintam amadas por Deus. Nossa tarefa é sermos sinais (sacramentos) do carinho de Deus por sua obra que é o mundo criado em sua integralidade material-espiritual.

Eis por que EVANGELIZAR, mais que falar sobre o evangelho, é ser sinal vivo da boa nova. É para isso que somos enviados(as).

Às vezes se fala de missão como se fosse a tarefa da Igreja e, pior ainda, *uma* de suas tarefas, a principal, decerto. Ora, como vimos, missão é o ato divino de enviar e nossa consciência subjetiva de sermos pessoas enviadas. Nossa tarefa é, de fato, *evangelizar*, proclamar a boa notícia. Essa é a única tarefa da Igreja. Não se trata de evangelizar e, além disso, fazer outras coisas. Não, a Igreja é enviada somente a evangelizar. Através de tudo o que é, de tudo o que faz e de tudo o que diz, destina-se a ser “sinal elevado entre as nações” para revelar a

presença do reino de Deus no coração da história humana (cf. Lc 17,21). “Evangelifica sempre e em toda parte, e *fala se necessário*”, dizia Francisco de Assis. “Evangelifismo” pode até significar a proclamação do Reino por palavras explícitas acerca de Jesus como nosso único Senhor e Salvador. Mas o processo de anúncio do Reino vai muito além disso, como se pode ver claramente na descrição magistral do processo de evangelização que se faz no cap. 9 do Evangelho segundo João. Anunciamos *por obras e por palavras*. As palavras só têm sentido se chamam a atenção para interpretar corretamente os sinais, e os sinais são eloqüentes, são gestos que falam e revelam a presença carinhosa de Deus a restaurar sua obra. Foi assim que Jesus falou da tarefa para a qual tinha sido enviado e ungido: são, antes de tudo, os *sinais do Reino* que revelam que Deus está presente e atuante em nosso meio: “Ide e anunciai a João o *que vistes e ouvistes...*” (Lc 7,22-23; 4,16ss.).

Para a Comunhão Anglicana hoje é muito claro que só há processo de evangelização quando a ação da Igreja está caracterizada por cinco marcas ou cinco balões que simultaneamente a carregam no “vendaval” do Espírito: proclamar as boas novas do Reino; ensinar, batizar e nutrir as pessoas que se aproximam da fé; exercer serviço de amor a quem está em necessidade; lutar para transformar as estruturas injustas da sociedade; trabalhar em favor da vida e da conservação e renovação dos recursos da terra. Na perspectiva das Escrituras, temos de compreender que em todas as cinco dimensões está contida a “proclamação das boas novas do Reino”. Do contrário, Jesus não teria privilegiado a prática concreta (cf. Mt 7,21). De acordo com o Evangelho de Marcos, é, antes de tudo, por sua prática que Jesus ensina (cf. 1,21-28). Ele mesmo e sua ação são o enigma, a parábola que deve ser interpretada, pois o Reino não se revela principalmente pelo que diz, mas pelo que é e faz: Jesus não só fala do Reino, Ele mesmo é a presença do Reino (cf. Mc 1,1; 8,38; 10,29; 13,9.13), pelos gestos que faz: “Se eu expulso os demônios pelo dedo de Deus, certamente é chegado a vós o reino de Deus.” (Lc 11,20.)

O termo “evangelificar” chega aos evangelistas pelo profeta Isaías. Aí significa proclamar a alvissareira notícia de que Deus está afirmando a sua soberana realeza através de grande vitória sobre os poderes opressores do império do mundo: são os sinais da libertação do povo que indicam que Deus está finalmente reinando (cf. Is 40,9-11; 52,7-12; 61,1-3). Na perspectiva da profecia do exílio, o Senhor se revela mediante os *acontecimentos* que manifestam sua presença viva e atuante no meio de seu povo: “Por isso mesmo (os acontecimentos anunciados) o meu povo conhecerá o meu nome, por isso mesmo ele saberá, naquele dia, que eu sou o que diz: Eis-me aqui.” (Is 52,6.) “Eis-me aqui” é clara alusão ao nome próprio de Deus “YHWH”, isto é, “o-que-está-aí”, tão ressaltado no livro de Apocalipse (cf. Ap 21,3). Deus se revela presente por seus atos poderosos de salvação. *Evangelificar* é, antes de tudo, dar sinais concretos reveladores da presença carinhosa de Deus em meio a seu povo, como Pastor e Juiz.

Infelizmente, a proclamação da boa nova da salvação é sempre, ao mesmo

tempo, *má notícia* para quem não se dispõe a escutar a mensagem e mudar de vida. Jesus fala disso com muita clareza. “Quem faz o mal odeia a luz”, isto é, quem está “acostumado” com uma prática negativa, habituado a conviver com as trevas, foge naturalmente da luz, sua maneira de viver impede de caminhar em direção à luminosidade da fé (cf. Jo 3,19-21). A semente da palavra de Deus pode até não germinar, embora tenha em si mesma eficácia; tudo depende do terreno. Este pode facilitar, dificultar ou até impedir o crescimento da Palavra (cf. Mc 4). Pode-se ouvir e não compreender, a boa notícia pode até causar o efeito contrário ao que se intenciona, pode causar fechamento e reação negativa, pois quem a ouve pode sentir-se julgado (cf. Mc 4,11-12; Is 6,9-10; Jo 12,44-50). Jesus define sua atuação no mundo como um momento de discernimento: “Para que os que não vêem, vejam, e os que vêem, tornem-se cegos” (Jo 9,39). Por isso, proclama a bem-aventurança de uns e a maldição de outros (cf. Lc 6,20-26).

O serviço ou diaconia não deve ser entendido como alguma outra tarefa, como se além de evangelização houvesse ainda que exercer a diaconia. Não se trata de evangelizar e *também* servir. Diaconia não é tarefa, pois nossa única tarefa é evangelizar, proclamar o evangelho *por obras e palavras*. **DIACONIA é método**, é o *caminho* obrigatório da Igreja de Jesus em tudo o que faz, pois Jesus é o Servo por excelência. Somos *enviados(as)* (MISSÃO) a *evangelizar* (TAREFA) mediante o *serviço* (MÉTODO).

Por conseguinte, *diaconia* não é apenas o serviço social e político prestado pela Igreja à sociedade. Diaconia tem de ser tudo na Igreja. Não é um setor; é, antes, a totalidade de seu *jeito de ser* em tudo o que faz. A *liturgia* é a *diaconia religiosa* através da qual a Igreja responde à necessidade humana de representar e “dramatizar” a relação com o Mistério da vida. Por ela as pessoas, em comunidade, são ajudadas a celebrar os feitos de Deus na história e vão educando os próprios olhos para contemplar na atualidade de sua vida e da vida do mundo os sinais da presença e da ação de Deus. O “*ministerium Verbi*” é a *diaconia da Palavra* pela qual se exercem a instrução e o ensino. Pelo estudo e pela meditação as pessoas vão assimilando a longa tradição da fé e, pelo contacto com o testemunho da experiência de nossos antepassados, vão aprendendo os *critérios de escuta* de Deus. Particularmente o serviço de leitura e estudo bíblico é decisivo para que as pessoas vão percebendo por onde Deus costuma passar e por onde costuma caminhar quem escuta Sua voz. Finalmente, a *diaconia sócio-política* leva a Igreja enquanto comunidade a transbordar para a sociedade que a cerca.

Ao pensar em *diaconia sócio-política*, poderíamos, quem sabe, distinguir dois aspectos. Edificar-se como comunidade é para a Igreja viver a experiência de *solidariedade* que já é por si mesma projeto para o mundo. A vida comunitária já é proclamação viva da boa nova, primeira dimensão do ministério da reconciliação (cf. 2Cor 5,16-21). É como se surgisse entre nós, espontaneamente, a pergunta: se é possível para nós, não seria também possível para o mundo? Essa pergunta nos impele à segunda dimensão do ministério da reconciliação: a solidariedade com as

dores do mundo, que deve ser tão profunda e tão lúcida a ponto de provocar em nós a pergunta pelas *causas* dessas dores. Ou seja, nossa *sensibilidade social* nos deve conduzir à *análise política*, daí à *luta* pela transformação das estruturas injustas da sociedade. Também isto, conforme o consenso da Comunhão Anglicana, é dimensão intrínseca da evangelização. E a *análise política*, que é antes de tudo *crítica da economia*, tem de alargar-se ao horizonte da ecologia, isto é, à manutenção da vida e renovação dos recursos da Terra, criação de Deus.

No campo da ação social, não basta à Igreja “fazer o bem”. O evangelho exige que todo o bem que a Igreja faz seja veículo de proclamação da boa nova, comunicação dos valores do Reino. E só é evangelizadora a ação que provoca a experiência da dignidade da filiação divina, o que em termos políticos se traduz como experiência da *cidadania*, como se vê particularmente em Gálatas e em Efésios. Não é permitido à Igreja “ação de *assistência*”, só “ação de *solidariedade*”, pois só esta última é virtualmente evangelizadora. Isto é, não basta fazer algum bem. Só são sinais do Reino os gestos pelos quais nos tornamos um só corpo (sócios) com as pessoas necessitadas. A diferença está toda no *método*. É assim que Jesus faz unindo seu corpo ao da sogra de Simão (cf. Mc 1,29-31), ao do homem da mão aleijada (cf. Mc 3,1-6), ao do leproso (cf. Mc 1,40-45), ao da hemorroíssa (cf. Mc 5,25-34). Ao paraplégico, excluído da casa, ele chama “filho” (cf. Mc 2,1-12). O toque corporal vem expressar justamente a atitude de solidariedade de Jesus com as pessoas necessitadas. Talvez o episódio do leproso seja o mais eloqüente: Jesus, “movido de *compaixão*”, toca no homem “impuro”, isto é, excluído e marginalizado, une seu corpo ao dele e assume sua condição, pois, como os leprosos, já não pode entrar nas cidades, mas permanece em lugares retirados... Só a ação de solidariedade, por provocar igualdade e partilha, manifesta adequadamente o amor e possibilita a liberdade, os dois eixos da antropologia cristã; só ela revela a Trindade ao possibilitar a experiência da dignidade humana, cujo fundamento último é a condição de filho e filha de Deus; finalmente, só ela anuncia a Ressurreição, pois baseia-se na fé em que algo novo pode ser criado, mesmo a partir do que parece morto e do “lixo” do mundo (cf. 1Cor 1-3).

4. A diaconia social e política é anúncio do evangelho

Quando a Igreja exerce sua ação social e política — que tem sido chamada de diaconia, mas que talvez deveria, mais adequadamente, ser chamada de diaconia social e política —, seria legítimo afirmar que apenas está “suplementando deficiências do Estado”, exercendo tarefas de suplência, em relação a instituições públicas ou privadas? Trabalho em hospitais ou escolas, trabalho de educação sindical, de alfabetização, de conscientização política, ação junto a pessoas ou grupos empobrecidos e marginalizados, como drogados, aidéticos, crianças de rua,

prostitutas... são tarefa de “suplência” ou são atuação concreta da tarefa evangelizadora da Igreja? Se optarmos pela primeira possibilidade, pressupomos que a missão da Igreja é exclusivamente ou essencialmente religiosa. O mais seria acréscimo circunstancial.

Ora, será assim mesmo? A missão não é, através de sua práxis, proclamar a palavra de Deus que julga e salva a totalidade da vida humana? No exercício da diaconia social e política, não se trata de suprir emergencialmente deficiências de outras entidades, como se a Igreja, por um momento, estivesse a desviar-se de sua missão própria. Na verdade, em cada contexto particular, a Igreja é chamada a atuar na história para que o reino de Deus se revele. Trata-se de discernir os sinais dos tempos e de produzir os sinais do Reino. Aqui e agora, a Igreja tem de atuar mediante gestos significativos, gestos expressivos do carinho de Deus que ampara e reconstrói as pessoas e julga o pecado do mundo. Os sinais variam ao longo da história, pois varia seu significado. São relativos a cada época e a cada conjuntura, mas é missão própria da Igreja oferecer à sociedade sempre novos sinais concretos — corporais — da presença e do carinho de Deus. Exatamente como fez Jesus em sua atuação em favor dos enfermos, dos marginalizados, dos empobrecidos e dos abatidos. Por esses sinais anuncia-se de maneira palpável um novo mundo possível. São sinais proféticos. A diaconia do Reino é essencialmente profética (Lc 7,22). Quando, em nome de Jesus, ajudamos pessoas a fazerem a passagem da escravidão à liberdade, da alienação à humanização, já estamos sendo agentes portadores da boa nova que restaura e transforma. Há um texto do NT que é muito sugestivo neste contexto de reflexão: *2 Cor 9,10-14*. Na coleta, gesto tão material, da diaconia social, diríamos, Paulo enxerga a atuação privilegiada da identidade cristã. Por isso faz questão de usar vocabulário particularmente rico de significado: justiça, eucaristia, proclamação solene da fé, *koinonia*, graça (duas vezes), dom. A coleta (assistir os pobres) não equivale simplesmente à diaconia, é apenas atuação específica e concreta, no campo da solidariedade material, da realidade permanente e mais radical da Igreja, de sua própria identidade profunda, o serviço.

Não devemos esquecer que o ponto de partida para assumir a vocação diaconal é o mesmo ponto de partida para assumir a identidade cristã como tal, isto é, a fé. Não é a fé entrega confiante e obediência? Ora, obediência é “ob-audire”, escuta atenta da voz de outrem, atenção às suas necessidades e às suas exigências. Fé, então, é entrar no processo e no dinamismo da resposta, do serviço recíproco, da diaconia, pois a entrega obediente da própria vida a Deus se dá pela mediação da resposta ao chamado concreto de nossa vida, em suas circunstâncias e demandas particulares. Não é o mesmo que dizer que “a fé opera pelo amor”? Daí deriva a radicalidade da diaconia como marca do próprio ser da Igreja: não apenas “a partir da fé”, ou “por motivos de fé” assumimos a tarefa ou missão de servir, mas nosso próprio ato de fé já é diaconia. Pois a fé, concretamente, já desde seu início, se dá como exercício diaconal, de entrega e de obediência.

A diaconia social e política é apenas uma especificação particular, num

campo determinado da vida, de uma dimensão global que caracteriza o ser da Igreja. Há também, por exemplo, a diaconia religiosa. Assim, a diaconia social e política não é um acréscimo, uma suplementação provisória, mas ação em Cristo e meio adequado de anúncio do evangelho através de sinais que sejam significativos aqui e agora, em determinada sociedade, sinais nos quais encarnamos e exercitamos a fé. E a fé, ao testemunhar-se, constitui-se em anúncio da boa nova.

Além disso, de acordo com a reflexão paulina, a identidade cristã se define pela identificação com o Cristo crucificado (cf. Fp 2,5ss.). É esse o significado do batismo (cf. Rm 6,1ss.). E assumir sobre si mesmo(a) a cruz de Cristo é acolher a revelação da própria verdade existencial: todas as pessoas somos pecadoras, e todas recobramos nossa dignidade pela pertença a Cristo. Diante da cruz, somos apenas pessoas, todas do mesmo barro e igualmente necessitadas da glória de Deus (cf. Rm 3,23). Desmascara-se, assim, todo sentimento de superioridade e de auto-suficiência. Da experiência da cruz decorre a exigência da “ética da cruz”, que é a ética do serviço, da diaconia, a única compatível com a identidade cristã (cf. Fp 2,3-5). Pela ética da cruz — que é o amor — toma corpo concreto nossa fé (cf. Gl 5,6) como infinito vínculo de solidariedade de necessitados(as). Confessar-se pecador é confessar-se como último dos seres humanos e, por isso, dispor-se a caminhar de mãos dadas com os últimos. Por isso, *diaconia*, enquanto práxis de entrega da própria vida, em todas as suas dimensões, não é apenas exigência “moral” decorrente da fé, mas é propriamente exigência *teológica*, realização concreta de nosso ser em Deus. É o exercício concreto de nossa fé, a única maneira de assumir concretamente nossa verdade existencial.

Se é assim, se a diaconia flui da própria identidade cristã como diaconia de Cristo e de seu Corpo, vemos que é dimensão constitutiva do ser da Igreja em seu nível mais profundo, antes de qualquer ulterior determinação eclesial ou confessional. Por isso, a diaconia é essencialmente, por si mesma, ecumênica, simplesmente cristã, de Cristo. E as necessidades da vida não nos perguntam por “confissões de fé”, mas por *soluções de fé*. Trata-se de exercer o serviço de Cristo em favor do mundo, não de promoção confessional, interessada ou proselitista. A diaconia da Igreja tem de ser gratuita para ser testemunho e expressão da graça de Deus (cf. Mt 5,43-48).

5. Diaconia é profecia

Se a tarefa da Igreja é evangelizar, ou seja, proclamar boas novas, através do serviço, será necessariamente profética em qualquer contexto humano. Pois, na verdade, profecia é perceber e interpretar a história à luz do propósito de Deus e a partir daí anunciar boas notícias, as quais serão sempre simultaneamente más notícias para quem se exclui dos caminhos de Deus. Esta é a experiência bíblica: a palavra que se destina a interpelar e chamar à conversão torna-se, freqüentemente,

palavra provocadora de fechamento e rebelião — palavra de juízo e condenação (cf. Is 6,9-13; Mc 4,10-12).

O anúncio da boa nova corresponde necessariamente à *denúncia* de tudo que faz com que as pessoas careçam de boas notícias. Na Bíblia, “evangelizar” é dizer a pessoas e grupos oprimidos que o livramento das mãos de seus opressores é realmente possível, pela força de Deus, que se manifesta na capacidade humana de mudar de vida coletivamente e de resistir. Essa é uma dimensão fundamental do trabalho de profetas e profetisas no Antigo Testamento. Anunciar a boa notícia era, ao mesmo tempo, denunciar a opressão de reis e de pessoas e grupos poderosos, denunciar nações imperialistas, denunciar o sofrimento do exílio, e declarar com firme esperança que tudo isso poderia ser mudado por nova intervenção da Liberdade na história (cf. Is 43,16-21). Essa *tradição da fé* vinha desde Abraão e tivera seu momento mais marcante na saída da servidão no Egito (cf. Hb 11). Todo o ministério de Jesus poderia ser resumido em sua frase lapidar: “O Sábado foi feito para a pessoa humana, não o ser humano para o Sábado.” (Mc 2,27.) Isto é, as instituições, até as mais sagradas, estão a serviço das necessidades humanas. Restaurava, assim, o sentido original do “Sábado”: todas as obras a serviço da liberdade, a “festa” como finalidade última do “trabalho” (cf. Dt 5,12-15; Ex 20,8-11).

Por isso, *evangelizar*, proclamar o evangelho do Reino, é sempre dar *sinais de contradição*. Se a questão humana mais radical é a da *liberdade* e de sua manifestação pelo exercício do *poder*, então, o evangelho será alvissareira notícia para quem se encontre expropriado de liberdade e poder, e será má notícia para quem se apropria do poder como mecanismo de defesa face ao medo de perder-se como pessoa livre. É o motivo pelo qual Jesus proclama simultaneamente *bem-aventuranças e maldições* (cf. Lc 6,20-26).

Anunciar a Palavra é sempre enfrentar o radical conflito entre evangelho e mundo, tão bem descrito no 4º Evangelho. Conforme Atos dos Apóstolos, é entrar no combate de Deus, que se anuncia pela forma como o Espírito Santo desce sobre a comunidade, em “línguas de fogo”, espada flamejante da Palavra, como nas antigas “guerras de Yhwh” (cf. At 2,3; Is 66,15-16; Ex 3,2; Js 5,13-15; Gn 3,24). Em Apocalipse o Verbo de Deus é o comandante vitorioso, montado no cavalo branco e trazendo *na boca* a espada (19,11-16; cf. Hb 4,12). Quem se entrega ao ministério do evangelho torna-se “sinal de contradição” (cf. Lc 2,34; 4,28-30; Mc 5,17; 6,1-6) e entra a partilhar da condição de profetas e profetisas, como Jesus, que, ao solidarizar-se com o leproso, tem de, como ele, “permanecer fora em lugares desertos” (Mc 1,45).

Na Bíblia, um dos traços mais marcantes da profecia é a contradição com o sistema do mundo: com o Estado monárquico, com a classe dirigente leiga e sacerdotal, com o imperialismo e com a alienação popular — o “espírito de prostituição” com o qual se embriaga o povo sem guia (cf. Os 4). A consciência de ser enviado(a) — MISSÃO — a realizar a tarefa salvífica do próprio Deus faz com que, no seio do conflito, a pessoa tenha capacidade de resistir e de não ceder,

de ir até a morte. Se a tarefa é de Deus, o aparente fracasso humano não é de modo algum o fracasso da obra. O importante é testemunhar e manter-se firme até o fim (cf. Mc 13,11-13). O caso do profeta Jeremias é típico para nos indicar os rumos da espiritualidade profética.

A marca profética, como vimos, aparece também claramente no próprio conteúdo da tarefa de EVANGELIZAÇÃO, enquanto é, ao mesmo tempo, *anúncio e denúncia*, boa notícia e má notícia, proclamação de bem-aventurança e de maldição, declaração da graça salvífica e do juízo.

Finalmente, o método do serviço, ou a DIACONIA, instaura contradição flagrante com o sistema do mundo. O sistema do mundo gira em torno da *apropriação* do poder e promove a afirmação de si e a riqueza como valores supremos. A Bíblia o diz de maneira eloqüente com a parábola da torre de Babel (cf. Gn 11) e a fábula das árvores em Jz 9,7-15. E seria preciso denúncia mais forte do que aquela que se acha em Daniel, em Is 46-47 e em Apocalipse (caps. 17-20) contra o império? Ora, o evangelho é proclamado mediante a partilha do poder, a negação de si e a solidariedade com pessoas e grupos necessitados. É essa a instrução final e incisiva que Jesus dá a seus seguidores e seguidoras na caminhada para Jerusalém (cf. Mc 8,22-10,52). Uma nova práxis comunitária participativa (solidária) e sedenta de justiça é já, por si mesma, denúncia profética do sistema do mundo: a existência de gente oprimida e excluída que se reúne e a aliança de outrem com essa gente já são, por si mesmas, gestos proféticos pelos quais o sistema se sente desmascarado e radicalmente agredido (cf. Mc 3,1-6). É nesse contexto que Jesus explica a tarefa do Espírito Santo como Advogado da comunidade e Acusador do mundo (cf. Jo 14,16).

6. Diaconia é proclamação da liberdade

Diaconia, então, enquanto o método pelo qual se dá a práxis evangelizadora da Igreja, será sempre necessariamente confronto e conflito com “o esquema deste mundo” (cf. Rm 12,2).

De fato, qualquer institucionalização da vida terá sempre problemas com a liberdade. Vivemos uma situação paradoxal: só se preserva a vida *organicamente*, isto é, na medida em que as diversas funções vitais se articulam, se organizam, se institucionalizam. “Instituição” não é outra coisa senão articulação de relações. Não é possível viver fora de algum processo institucional. Por outro lado, na medida em que o aspecto institucional se desenvolve e se hipertrofia, tende a abafar o dinamismo da vida e pode matar, o ser humano começa a ser em função do “Sábado”. Se é verdade que a instituição tem o papel de preservar e manter a vida, esta só não se deixará abafar e só se renovará continuamente mediante o fermento da *liberdade*. Se a instituição preserva, é a liberdade que renova e salva.

Ora, o sistema de poder do mundo resiste à liberdade. A ilusão do poder e

da riqueza leva a erigir o sistema, o “já determinado”, em absoluto, com a exclusão de toda diferença e de qualquer “criação”. As Escrituras, nós o sabemos, são crítica radical à apropriação do poder. A tentativa do povo de Deus foi ser uma sociedade em busca da igualdade e da justiça, sem rei. É por demais conhecido o dramático diálogo de Samuel com o povo, que retrata a tensão daquele momento de passagem do tribalismo para o regime monárquico: “É a mim que rejeitam, porque não querem mais que Eu reine sobre eles, disse Deus.” (1Sm 8,7.) É na questão do poder e da liberdade que está o centro da luta antiidolátrica: o ídolo é a projeção do próprio poder como absoluto (cf. Is 47,8-10; Sb 14). Por isso, no coração do anúncio do Reino, por *obras* e palavras, estão a proclamação e promoção da liberdade, como podemos ver claramente no ministério de Jesus (cf. Lc 4,16ss.): liberdade absoluta de Deus que possibilita e potencia a liberdade humana — “Eu sou YHWH, teu Deus, o que te faz sair da TERRA do Egito, da casa da servidão” (Dt 5,6).

O sistema rejeita transcender-se. Por isso camufla o pecado através de mecanismos de auto-suficiência e no máximo concede que em seu interior existam “disfunções”. “Funcionalismo” como mentalidade é, de fato, incapacidade de aceitar profundamente a *alteridade* e, por conseqüência, a *novidade*. O sistema tende a compreender-se como totalidade fechada e absoluta. O que não cabe em seu interior é “desvio” e “acidente” ou “disfunção”. Qualquer diferença deve ser reduzida à “identidade”... Por isso não são toleráveis práticas e palavras dissidentes: eis por que Jesus é tido como blasfemo, louco e possesso (cf. Mc 2,1-12.15-17; 3,20-30). Impõem-se submissão, adaptação e conformismo. Qualquer contestação é suspeita e deve ser abafada, ou mediante a corrupção, ou mediante a repressão, como vemos muito bem na análise que faz o profeta Amós do funcionamento do sistema da Samaria de seu tempo (cf. 2,11-12). O *racionalismo* tem sido a fundamentação filosófica da ideologia promotora do etos de adaptação e conformismo, contra o etos de transformação. Aí estamos de cheio na questão da idolatria.

Na verdade, a profecia é afirmação central da liberdade, da liberdade de Deus, absoluto transcendente, e da liberdade humana. É a liberdade que torna possível a crítica ao sistema e desvincula as consciências da obediência que este exige (cf. Mc 2,1-3,6). É a liberdade que possibilita anunciar o novo como possível a Deus e aos seres humanos. A palavra de profecia é, antes de tudo, revelação do julgamento de Deus e do possível de Deus, já inscritos na própria realidade do mundo, revelação do pecado e da glória. E isso é assim por força do evento da liberdade.

Por isso, na Bíblia, a Palavra sempre desencadeia conflitos com as instituições do Estado, da sociedade e da religião. Os profetas são indesejáveis, como se vê dramaticamente nos casos de Miquéias ben Yimlá (cf. 1Rs 22,8), de Elias (cf. 1Rs 21,20), de Jeremias (cf. Jr 26). E o Novo Testamento deixa-o bem claro: o coração do evangelho é a liberdade (cf. Gl 5).

7. Dimensões da diaconia profética na vida da comunidade cristã

Sabemos que a liberdade não é um dado, mas uma tarefa. Na verdade, não nascemos livres, nascemos para *tomarmo-nos livres*. Mais que de liberdade, devemos falar de *libertação*. E esta é um interminável processo. Por isso mesmo, na Bíblia, liberdade não é nossa condição “natural”; é, antes, o evento da salvação, é aquilo que acontece quando irrompe na vida humana a misteriosa energia de Deus (cf. Ex 3,7ss.; Dt 5,6). Por paradoxal que pareça, os seres humanos não desejamos espontaneamente ser livres. O que queremos é ser *bem tratados*, como acontece com os animais (cf. Ex 14,10-15). Liberdade é tarefa radicalmente arriscada, é decidir tornar-se *peessoa*, isto é, aceitar ir além de si mesmo(a), transcender-se pela entrega da própria vida no amor, é perder o medo de perder-se (cf. 1 Jo 4,17-18; Mc 8,35; Jo 12,24-26). Ora, diz-nos a Escritura, o Amor é Deus (cf. 1 Jo 4,7-10). Assim, o processo da libertação humana só se dá por força do dinamismo do amor, é processo de entrega da própria vida, é santificação... Tornar-se humanamente livre é ser cada vez mais em Deus, é “viver no Espírito”, como nos descreve Gálatas 5,22-26.

Se diaconia é o método conatural ao evangelho, é, por isso mesmo, o método (“caminho”) da profética caminhada da liberdade. A vocação da Igreja é para ser sinal profético de *libertação da convivência* humana: uma Igreja que se organize em comunidades, onde as pessoas reencontrem sua identidade, enquanto pessoas, e por seus vínculos com o próprio povo, e percorram o processo pedagógico de experimentar o próprio poder como serviço e partilha, e assim a possibilidade de uma sociedade diferente. A *comunidade* é profecia de nova sociedade. Uma Igreja que equivalha simplesmente a uma religião de massa nunca será fermento profético de transformação histórica.

A vocação da Igreja é para ser sinal profético de *libertação do ser* no mundo: face a uma cultura que promove a globalização niveladora e massificante, as comunidades eclesiais têm de ser experiências de *inculturação*, afirmação das peculiaridades locais, do particular, das minorias discriminadas — o povo rural, o das periferias de cidades, os povos aborígenes, o povo negro, as mulheres, as crianças, as pessoas deficientes, ou discriminadas por diversos motivos, inclusive por sua condição sexual.

A vocação da Igreja é para ser sinal profético de *libertação da decisão*: numa sociedade de opressão e de não-participação, a Igreja é chamada a organizar-se como povo todo ele co-responsável e ministerial, forjando-se, assim, novo estilo de liderança e de autoridade, para além de todo tipo de autoritarismo e clericalismo; e provocando a sociedade toda ao exercício de participação.

A vocação da Igreja é para ser sinal profético de *libertação da palavra e da comunicação* através do processo coletivo de ensino-aprendizagem, onde todas as

pessoas são mestras e discípulas ao mesmo tempo, superando-se o método autoritário de imposição da doutrina e da lei (cf. 1 Jo 2,27).

A vocação da Igreja é para ser sinal profético de *libertação da ação*, mediante luta incessante pela transformação das estruturas e dos comportamentos de injustiça/submissão, o que não pode acontecer por ações de assistência, mas mediante estratégia de misericórdia, de solidariedade e de justiça. Só ações de solidariedade são sinais adequados do reino de Deus.

8. Ação de solidariedade *versus* ação de assistência

Se a tarefa da Igreja é só proclamar o evangelho, toda a sua ação, desde seus mínimos gestos, deve ser evangelizadora. Daí, é falsa a oposição entre evangelização ou evangelismo, de um lado, e ação social, de outro. No trabalho de serviço social, não estamos chamados(as) simplesmente a “fazer o bem”, prestar “assistência” ou “promover” a ascensão social das pessoas. A Igreja está e estará sempre chamada a *evangelizar*.

Jesus não promoveu a ascensão social do cego, ao contrário, o encontro desse homem com o evangelho provocou sua expulsão da sinagoga. O que aconteceu? “Abriram-se-lhe os olhos” (é interessante que o texto não fale de “cura”, mas de “abertura” dos olhos). No conflito entre a realidade experimentada e a ideologia oficial, o homem vai sendo provocado a ver sempre mais, e vai tendo coragem de defender sua visão até diante do tribunal; termina mendigo, excluído, do jeito como começara, mas com uma radical diferença: agora é um mendigo de olhos abertos. Por isso, abre-se para ele o rebanho de Jesus. Reconstruir a dignidade em comunidade, eis “a obra de Deus”, a recriação do mundo (cf. Jo 9-10).

Dessa comissão divina de anunciar o evangelho decorre nosso discernimento *metodológico*. Falando de maneira mais direta, é fundamental discernir entre “ação de assistência” e “ação de solidariedade”. Gestos aparentemente idênticos podem ser profundamente diferentes, se somos capazes de operar esse discernimento. Só a *ação de solidariedade* é evangelizadora. Oferecer sopa a pessoas pobres pode ser mera assistência ou pode ser gesto de solidariedade. Tudo depende do *método* através do qual nossa práxis evangelizadora se encaminha.

Há algumas qualidades da ação evangelizadora que só a ação de solidariedade é capaz de encarnar. É claro que temos de pensar a evangelização como processo constituído de inúmeros passos. Mas já desde o primeiro passo, o objetivo do evangelho tem de estar contido: os fins têm de estar contidos nos meios. O primeiro passo já não pode ser em falso.

A ação evangelizadora *revela* e não encobre a realidade. Sua função é arrancar o véu, o engano e as ilusões, desmascarar aquilo que Marx chamava de

ideologia. Tem de apontar o pecado, as causas, a responsabilidade histórica humana pela situação, quer estrutural, quer conjuntural. Só é ação de solidariedade aquela que, ao menos virtualmente, é crítica.

A ação de solidariedade tem como objetivo *reconstruir as pessoas*, na medida em que lhes vai possibilitando experimentar o sentimento de *filiação divina*. Isso só se efetiva, se na prática, no *modo de fazer*, desde o culto até a ação social, se afirmam a dignidade das pessoas, sua liberdade e sua capacidade de participação coletiva.

A mesma sopa distribuída a pessoas pobres pode reforçar o sentimento de *mendicância*, de inferioridade e de fraqueza, ou pode ser o primeiro passo na caminhada para recuperar a própria dignidade humana. Tudo depende do *método*. A Igreja é chamada — e a essa chamada tem de obedecer, sob pena de infidelidade, pois não é algo facultativo — a usar um método de ação social que seja adequado à sua tarefa — a única que ela tem — de *evangelizar*.

Se estamos de acordo com o que tem sido dito até agora, a missão de evangelizar se encarna na tarefa de humanizar, de reconstruir as pessoas. Concretamente, “ações de solidariedade” — desde o culto e a conversa explícita sobre a fé até a ação de serviço social — serão sempre ações restauradoras da dignidade das pessoas, da *cidadania*. Aí tocamos o coração do evangelho.

A Grécia é, freqüentemente, apontada como modelo de democracia cidadã, no mundo antigo. Mas não se pode esquecer de que se tratava de uma democracia exercida pelos chamados “homens livres”, cuja liberdade repousava sobre sua condição natural de sexo *masculino* e sobre sua condição social de *riqueza*. Era mais plutocracia (poder dos ricos) que democracia, mais *aristocracia* (poder das elites) que poder coletivo, mais *androcracia* (poder dos machos) que poder do povo.

Isso contrasta com a mentalidade bíblica. A Bíblia tem como categoria básica o *povo*, entendido idealmente sob o paradigma clânico e tribal, isto é, comunitário, como a grande “assembleia de Deus”. Embora, a partir da monarquia, o tribalismo vá perdendo sempre mais sua chance sociológica (econômica e política), permanece e até se fortalece como paradigma antropológico e teológico. É o que se vê, quando se percebe que é esse o paradigma do projeto de Jesus, ao escolher os doze novos patriarcas e ao associar-lhes as mulheres como as mães e profetisas do novo povo (cf. Mc 3,13-19; 5,21-43; 6,7; 16,7). E, para o Apocalipse, a nova cidade está toda construída sobre esse mesmo paradigma: doze apóstolos, doze colunas, doze portas, doze estrelas.

O povo, para a Bíblia, não equivale a uma elite de machos, de ricos e de “filósofos”, gente que se libera do trabalho e pode dedicar-se à “contemplação” e ao mando, porque usufrui do “ócio” necessário para isso. Gente que não trabalha, mas come e comanda. Na Bíblia o povo todo é “elite”, objeto de eleição: “Sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque toda a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa.”

(Ex 19,5-6.) E não cabe sentimento de privilégio, pois a escolha é pura graça (cf. Dt 8,11-18; 9,47) e tremenda responsabilidade (cf. Am 4,12; 9,7) missionária (cf. Is 42).

A base da vida comunitária é o *trabalho* e a *solidariedade*. O ideal humano não é a contemplação de um mundo que já seria harmonioso (“cosmos”), mas a ação pela qual se opera a mudança num mundo bom em sua raiz (cf. Gn 1), mas necessitado de redenção e de consumação (cf. Rm 8). A palavra que só diz a realidade (“logos” — discurso) não é compreendida como fim da relação entre a consciência humana e o real. *Dabar*, mais que contemplação, conceito ou discurso, é *práxis*. Essa seria a melhor tradução para o termo hebraico. Marx formulou o conceito de “práxis” com certeza pelo sangue de cultura bíblica que corria em suas veias... *Dabar* é a palavra (teoria) que se faz acontecimento (prática). Por isso se entende que Amós possa “ver” as palavras acerca de Israel (cf. Am. 1,1) e a “palavra do Senhor” se dê “pela mão” de Ageu (cf. Ag 1,1). Por isso se entende que João possa dizer “fazer a verdade” (Jo 3,21). Para Paulo, no mundo dominado pela idolatria, a verdade é “prisoneira da injustiça”. O contrário da verdade não é propriamente o erro — como o seria para a lógica helênica —, mas a prática da injustiça (cf. Rm 1,18). Pensar o mundo, contemplá-lo, só se completa com a volta sobre o mundo para transformá-lo pelo trabalho. *Adam*, isto é, a humanidade feita de macho e fêmea (cf. Gn 1,27), é, antes de tudo, jardineiro e imagem do Deus que “opera” e cria o novo (cf. Gn 1-2; Is 43,19).

A relação entre o povo e Deus se dá mediante a *solidariedade* inter-humana. É justamente isso “conhecer a Deus”: “Eu te desposarei para sempre, eu te desposarei a mim na justiça e no direito, na solidariedade e na ternura, eu te desposarei na fidelidade, e conhecerás o Senhor.” (Os 2,19-20.) “É solidariedade que eu quero e não sacrifícios, conhecimento de Deus mais do que holocausto.” (Os 6,6.) A partir daí é que se entende a reflexão da Primeira Epístola de João: quem ama conhece a Deus, quem pratica a justiça é nascido de Deus...

A Bíblia pensa que isso é possível se a dignidade da pessoa não repousa sobre a riqueza e a apropriação de bens. Daí a persistente oposição à monarquia durante toda a história de Israel, e a crítica radical que se lhe faz (cf. Jz 9,7ss.; Os 13,11), desde os primórdios até o Apocalipse, com a sua denúncia dos mecanismos do imperialismo.

Ter ou ser escravo, oprimido, nunca foi algo normal em Israel. Essa é a razão de toda a legislação restritiva acerca da escravidão e toda a luta profética e camponesa para fazer valer as leis que garantiam a liberdade solidária, a começar no Decálogo. Na verdade, a questão da liberdade do povo é tão central na Bíblia que é em função da liberdade que Deus revela o seu próprio Nome a Moisés (cf. Ex 3,7-12) e reafirma sua própria identidade pessoal (cf. Dt 5,6). E o ponto de referência de toda a ação de Deus é a injustiça praticada contra grupos e pessoas necessitadas (cf. Sl 146; Am 2,6-16; 5,4-6.14-15; Is 1), raiz de toda a desagregação social (cf. Os 4,13).

No Novo Testamento, a eclesiologia paulina compreende a Igreja não como uma nova *religião* ao lado de tantas outras existentes, mas como uma imensa rede de comunidades por intermédio das quais vai fermentando o processo universal de transformação de todos os povos em povo de Deus. É em função desse projeto (cf. Ef 2) que o apóstolo define sua estratégia missionária. A Igreja — povo feito de povos reconciliados — é testemunha de que as promessas de Deus a Israel são promessas destinadas a todos os povos, desde sua origem, desde Abraão (cf. Gn 12,1-3; Rm 4). As promessas não são “espiritualizadas”, mas universalizadas. Toda a humanidade está chamada a ser o novo Israel, na totalidade de sua vida, desde as relações econômicas até sua expressão religiosa.

O que vemos nos evangelhos? Aos marginalizados pelo sistema social, político e religioso Jesus abre uma nova casa. Esse é um dos símbolos mais fortes que dominam a narrativa evangélica. Em redor de Jesus, se congrega o povo e se reconstrói a casa, se reestrutura, diríamos hoje, sua cidadania. É a mesma perspectiva explicitada na Primeira Epístola de Pedro, só que aí em dimensão bem mais claramente universal. E, no centro da casa, o gesto que a identifica é o da *partilha do pão*. Por isso, a ceia está no centro da Igreja, como celebração e evento profético.

Não é por acaso que Paulo escolhe justamente o termo *ekklesia* (assembléia) para designar as comunidades. A Igreja é assembléia alternativa, onde pessoas excluídas recuperam cidadania e confraternizam. Não é assembléia onde só ricos, sábios e sábios têm lugar. A partir disso, compreende-se melhor o conflito de Paulo com a comunidade de Corinto que ainda permanecia alienada, sem conseguir romper com os modelos de convivência vividos nas cidades helênicas e romanas, nas quais imperava o sistema das casas senhoriais e patríciais, e onde a dignidade das pessoas dependia de sua agregação a casas de poderosos “padrinhos”.

Na base da nova assembléia está a experiência radical de recuperação da própria dignidade pessoal, experiência de sentir-se filho e filha de Deus. Nas epístolas aos Gálatas e aos Efésios, temos a reflexão paulina sobre o que chamaríamos hoje de cidadania. Só que Paulo vai à raiz última de tal experiência. Ultrapassa o nível sociológico — que hoje chamamos de *democracia participativa*, ultrapassa mesmo o nível antropológico — que hoje chamamos de dignidade ou liberdade da pessoa, e atinge o nível teológico. Trata-se da experiência profunda de filiação divina. É dessa experiência que decorrem todo o poder e os mais amplos direitos de cada pessoa, *herdeira do mundo*. Face à realidade, tantas vezes de isolamento (espiritualista) da Igreja em relação à sociedade, é incrível pensar que o tema teológico da filiação divina é o que há de mais explosivo social e politicamente, se levarmos realmente a sério que a palavra de Deus é para valer, é para tornar-se verdade na prática — e a prática é a de nossa vida quotidiana pessoal, comunitária e societária, em todas as suas dimensões, desde a economia até a religião.

É tão central para o cristianismo o motivo da cidadania que esse foi o pivô de toda a grande controvérsia dogmática trinitária e cristológica dos primeiros séculos da Igreja. Afirmar a divindade de Jesus e do Espírito Santo era defender

a redenção compreendida, em seu sentido mais alto e mais pleno, como elevação da humanidade à condição de filiação divina. Atanásio, que enfrenta essa luta e tem como o mais forte adversário o próprio imperador Constantino, formula isso de forma lapidar: “O que não é assumido, não é elevado.” Jesus deve ser reconhecido como Deus para que nós possamos ser reconhecidos(as) como filhos e filhas de Deus. E esse é o fundamento último de nossa dignidade de cidadãos(ãs). Por isso, Constantino não é *Kyrios*, não é o senhor, é só um homem como qualquer outro. Relativizam-se, assim, todos os poderes deste mundo, o senhorio de Cristo feito homem é o fundamento de nosso poder enquanto seres humanos (cf. Mc 2,27-28).

Eis por que é falsa a contradição que freqüentemente se estabelece entre *poder e serviço*. Na verdade, o poder é dimensão co-extensiva ao ato de viver. Toda afirmação vital é afirmação de poder, pois a vida se afirma por sua potência de vitória sobre a morte e os processos de desagregação. Diaconia supõe dons e capacidades e destina-se a capacitar. É capacitação (poder) cujo objetivo é promover capacitação (poder). Não se pode pensar diaconia fora do âmbito do poder enquanto traço radical da vida e da pessoalidade. Ser pessoa é ser poder sobre si mesma, *autonomia*. Assim, não se trata de opor poder e serviço, autoridade (“exousia”) e graça, mas de compreender o serviço como a única maneira humanizante de exercer o poder. Nossa cidadania baseia-se na certeza de que somos herdeiros e herdeiras do mundo — “todo poder me foi dado no céu e na terra” (cf. Mt 28,18). A contradição não reside entre poder e serviço, mas entre um modo de exercício do poder (apropriação e império) e outro modo de exercício do poder (partilha e participação, comunidade e serviço). Esse é o desafio que está posto nas mãos de todas as criaturas humanas. Promover, por nossa práxis, bem para além de nossos discursos — que, se forem vazios, serão como os ídolos —, nova vivência do poder, eis a tremenda tarefa posta em nossas mãos como Igreja de Jesus. Por aí passa necessariamente o anúncio do evangelho e se julga nossa fidelidade a Deus. Evangelho é lava-pés aos que estão assentados à mesma mesa. *Comunidade e serviço...* Seria outra coisa o que chamamos hoje de cidadania?

9. A diaconia, encarnação da profecia

De tudo isso decorre que toda a DIACONIA da Igreja tem de ser profética. A *diaconia religiosa* — do contrário, será idolatria; a *diaconia do ensino* — do contrário, será ideologia justificadora do sistema; a *diaconia sócio-política* — do contrário, será convivência com o poder dominante.

Para que a Igreja se assuma como arauto da profecia, não basta que tenha sensibilidade social, ou que denuncie possíveis erros ou crimes de poderes políticos e da classe dominante, ou que estimule seus fiéis a votar em partidos de esquerda ou a participar de organizações sociais. É claro que não basta, muito menos, empreender obras sociais. Requer-se, antes de tudo, que a forma de *ser*, de

falar e de *agir* da Igreja seja modelada pela profecia, que esta esteja inscrita em seu próprio método.

O *culto da Igreja* tem de ser de tal modo que possibilite a experiência *real*, na terra, do “novo céu”, com toda a infusão de energia vital que essa experiência possa conter, um culto bíblico, isto é, que faça experimentar a queda dos deuses e a realidade do Deus vivo (cf. 1Ts 1,2-10) — culto eminentemente antiidolátrico, que não seja travestimento de ídolos sob vestimentas de Deus, mas que possibilite a experiência espiritual do ridículo dos ídolos, da fragilidade dos poderes deste mundo (cf. Sl 58; 82), experiência radicalmente libertadora, pela adesão ao Deus vivo.

O *ensino da Igreja*, por seu conteúdo libertador das consciências e por seu método participativo, tem de conduzir à lucidez e à revelação da Verdade da realidade; tem de ser experiência de aprendizagem dos critérios do evangelho; tem de libertar as consciências dos vínculos servis de submissão ao sistema deste mundo (cf. Rm 12,1-2).

A *convivência comunitária*, baseada na *solidariedade*, e o serviço da *justiça* têm de ter sua expressão em *ações de solidariedade* cada vez mais radicais na direção da ação transformadora (luta política), e não em ações de assistência. E o horizonte já não pode ser apenas a comunidade, nem mesmo só a sociedade humana, tem de alcançar as amplas dimensões da vida planetária. “Ecumenismo” (a terra habitada como “casa” de todas as pessoas) tem de estar enraizado em uma determinada “economia” (a lei que rege a “casa”) e na “ecologia” (a lógica da “casa”)...

10. Passos da diaconia profética

Para isso, é preciso que a Igreja se disponha a desinstalar-se, a romper com seus “costumes” e a caminhar num rumo que a leve na direção de:

* **INCULTURAÇÃO**, diálogo profundo com o contexto concreto da vida do povo: o povo do campo e da periferia de cidades; os povos aborígenes; a gente negra; as classes médias urbanas; a juventude, etc. A partir desse diálogo, o evangelho vai tomando forma em diferentes culturas e tem, assim, a possibilidade de ser fermento crítico transformador das sociedades;

* perceber a **RELIGIÃO** não como fim, mas como veículo da palavra de Deus. Mais do que nunca é atual a intuição da Reforma de que no centro da Igreja tem de estar o “*ministerium Verbi Dei*”, e não o “*opus religiosum*”. A “obra” religiosa só tem sentido enquanto veículo da Palavra, enquanto “*sacramentum*”, “*elementum*” refeito pela Palavra, isto é, tomado capaz de nos transportar para além desta realidade fugaz e nos fazer atingir a Realidade (“*res*”): o sentido da religião é ser assumida como “*signum*”, algo transitório, que faz passar e por isso é passageiro, não como “*res*”. A Realidade é o reino de Deus e seus valores;

* distanciar-se do PODER que mantém o sistema dominante. É preciso

retomar a intuição de Carlos Barth: a Igreja é “conspiratio testium” (conspiração de testemunhas). Apesar de 16 séculos de aliança com os poderes do mundo e de 10 séculos de clericalismo, a comunidade cristã precisa de tornar-se sempre mais uma força de pressão, parceira das diversas forças e organizações que lutam pela transformação da sociedade, integrando, assim, a grande aliança do Movimento Popular. Aqui se desenha o papel importantíssimo do ministério do diaconato: ser ponte entre a Igreja e o Movimento Popular...

A grande força profética da Igreja está em estabelecer *comunidades de fraternidade* (foi essa a intuição do antigo movimento monástico!), desde a entreeajuda no campo econômico até os outros campos das relações humanas. É por esse rumo, como o foi nos primórdios (cf. At 2,42-47; 4,32-37), que a Igreja pode ajudar a fazer fermentar uma nova possibilidade salvífica na história. Aqui é decisivo o papel das mulheres ao trazerem para a arena pública e política as questões do *quotidiano*: ao marcarem a “luta” pelo dinamismo da integralidade: ao colocarem como eixo do movimento social a *defesa da Vida*. Na verdade, além de todo o processo de emancipação feminina, as mulheres possuem secreta e poderosa magia sobre os homens, pois esses são seus pais, maridos ou amantes, e filhos... Têm-se ainda de levar em conta que em muitíssimos lares brasileiros são as mulheres o esteio econômico da família. Ademais, são elas que têm a vocação histórica de conferir à dureza da luta o toque da ternura.

Quem acolhe a Palavra começa a entrar na casa de Jesus, começa a constituir Sua nova família. É essa a perspectiva, por exemplo, do Evangelho segundo Marcos. Jesus vai chamando as pessoas e essas, como se emergissem de tenebroso mar (cf. 1,16-18), vão dando o passo corajoso da fé e assim vão sendo capazes de interpretar Seu “perigoso” enigma. Mas isso só é possível na medida em que penetram o interior de sua casa, “o segredo do Reino” (Mc 4,11). Vai nascendo o novo rebanho, recinto sempre aberto para acolher “mendigos de olhos abertos”, como aconteceu com o cego (cf. Jo 9), a nova família de “quem escuta a palavra de Deus e a põe em prática”, de “quem faz a vontade de Deus” (Lc 11,28; Mc 3,35). A proclamação do evangelho cria a COMUNIDADE, a Igreja, *congregação* de filhos e filhas de Deus.

O processo de evangelização, pelo qual assumimos a tarefa para a qual somos enviados(as), tem em vista interpelar o mundo e criar a Igreja. Esta nasce porque, no mundo, pessoas escutam a Palavra como boa nova transformadora de suas vidas, convertem-se ao discipulado de Jesus e se reúnem em COMUNIDADE. A comunhão (*koinonia*) é, assim, a marca distintiva desse novo povo que se constitui pela fé e o batismo, como se pode ver claramente no “retrato” oferecido pelos Atos dos Apóstolos (cf. 2,42-47 e 4,32-37). Nessa comunhão as pessoas estão *chamadas* a crescer no *seguimento* de Jesus, conforme se vê nos evangelhos (cf. Mc 8,27-10,52), e na capacitação para o *serviço* (cf. Ef 4,11-13).

Antes de proclamar o evangelho por palavras, a Igreja o proclama pelo seu próprio ser e por sua atuação histórica. É, antes de tudo, realidade sacramental,

isto é, “sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de toda a humanidade”. Aponta no sentido de uma convivência humana autenticamente amorosa como historicamente possível, e é por isso que narra de modo permanente a experiência de amor vivida por Jesus. Seu jeito de ser é prosseguir no caminho aberto por Ele. Pretende ser como o seu Corpo no mundo, continuação de Sua presença transformadora.

Essa realidade *comunitária*, nova possibilidade de ser no mundo, é por si mesma evangelizadora. Anuncia que o amor é concretamente possível, apesar de nossos limites e pecados, e assim acusa o mundo ao denunciar a mentira e a injustiça: o mundo insiste em dizer que o amor é ilusão, cada qual devendo buscar seus próprios interesses. Jesus insiste em repetir: “Sejam um para que o mundo creia!” (Jo 17,21.) E o Espírito Santo nos é dado como Advogado e Acusador frente ao mundo (cf. Jo 16).

As comunidades de fraternidade são particularmente chamadas a responder a três graves problemas de hoje: a *solidão* em que se acham muitíssimas pessoas, tanto da classe média como da classe popular; a *crise de identidade* provocada pelo desenraizamento cultural e pelo sentimento de impotência política particularmente entre a juventude e a pobreza; a *exclusão* sócio-econômica e cultural provocada pelo atual estágio do capitalismo globalizado.

Numa sociedade como a nossa, especialmente no Nordeste do Brasil, marcada tão fortemente pelo terrível abismo entre ricos e empobrecidos, a Igreja tem de optar claramente pela aliança com pessoas, grupos e movimentos da gente oprimida. Seu próprio trabalho com as classes médias e setores dirigentes tem de dar-se, sem ambigüidades, no sentido de ajudá-los a abrirem os olhos — arrancar os véus, revelar — para essa inominável realidade de pecado estrutural.

Numa sociedade de extrema concentração da terra (8 milhões de quilômetros quadrados de território), o povo sem terra em seu próprio país, nem para morar, nem para trabalhar: sem-terra, sem-teto, sem trabalho... A Igreja tem de estar a seu lado e fazer parceria com as forças sociais que lutam contra essa vergonhosa situação.

Numa sociedade de cultura de escravidão, a Igreja tem de assumir e promover ações educativas de conscientização da realidade e de educação para a liberdade — de fato, o pecado não está só do lado de quem oprime, mas também do lado de quem se deixa oprimir e se demite da tarefa de lutar e construir a própria liberdade.

Numa sociedade de cultura da crueldade e da violência, em que a elite se sente infinitamente acima e distante e ignora o povo (cf. Am 6,6), a Igreja é chamada a fomentar uma cultura da vida e da solidariedade, cultura do Bom Samaritano.

Conclusão

Podemos resumir tudo isso em poucas palavras. *Diaconia* ou serviço é o método pelo qual a Igreja exerce a tarefa profética de *evangelizar* para a qual é enviada (missão). Por isso sua vocação é marcar a sociedade com os valores do reino de Deus, cujo eixo é a *comunitariedade* da vida. Mesmo quando se trata de instituições sociologicamente “societárias”, como sindicatos, escolas, partidos políticos, organizações de bairro ou entidades do Estado, etc., e não “comunitárias”, a tarefa da Igreja é infundir-lhes os valores do Reino, ou seja, valores de *comunitariedades* do ponto de vista teológico, isto é, *práticas e critérios* inspirados pelo Amor, matriz de comportamentos éticos autenticamente humanos e humanizantes. Sua ação profética se dá mediante a prática histórica que produz os sinais do Reino e a *palavra* que convoca a interpretar esses mesmos sinais. Tem como finalidade última *desmascarar* o individualismo como ideologia justificadora dos mecanismos de dominação e opressão, e *anunciar* que a dinâmica estrutural da realidade são as *relações*, uma vez que a fonte última do Ser são as relações eternas da Trindade divina, mistério central de nossa fé. Se é assim, uma tarefa muito concreta a espera: ser agente de *articulação* entre pessoas, grupos, povos e movimentos sociais. Se sua missão é tirar os véus e revelar o real, terá de ser agente promotor de *informação*. Se é chamada a promover o diálogo, tem a imensa responsabilidade de fomentar em todos os níveis a *comunicação*. Vasto campo para a diaconia religiosa, para a diaconia do ensino e para a diaconia social e política.

Sebastião A. Gameleira Soares
Caixa Postal 27
53001-970 Olinda — PE